

## **AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: POLÍTICA DE INCLUSÃO À LÓGICA DO CAPITAL<sup>1</sup>.**

Erika Suruagy Assis de Figueiredo<sup>2</sup>  
(TE)

Eixo 10 – Educação Superior

A investigação insere-se no contexto em que os ajustes estruturais no modo de produção e as reformas na organização do Estado encontram-se articulados com uma série de reformas educacionais, com centralidade na reforma da educação superior.

No Brasil, as ações afirmativas com a implantação do sistema de reserva de vagas/cotas nas universidades públicas ganham destaque, sendo apresentadas como promotoras da democratização do acesso e permanência na educação superior. Tal política é objeto de muitas controvérsias e polêmicas que reduzem a questão a uma visão simplista e maniqueísta, de contra ou a favor.

Este trabalho buscou sair dessa polarização, visando apreender o processo de transformações na educação, a partir da relação trabalho-educação, compreendendo que o modo de produção engloba todos os aspectos de como a vida se produz e reproduz, e que, portanto, considera que exista uma relação dialética entre as transformações e ajustes na economia e a forma como o Estado organiza a educação.

Com base nessa perspectiva, esta pesquisa questiona se a política de reserva de vagas/cotas realmente contribui para a democratização do acesso e da permanência na educação superior. Para responder a essa problemática, realizamos uma pesquisa documental, na qual o materialismo histórico e dialético, suas categorias e conceitos, com foco no Estado, Luta de Classes e Democracia, encontrados na obra de Marx, Engels e Lenin, fornecem a base teórica e metodológica. Foram analisados: (1) Documentos e textos oficiais de organismos internacionais e do governo brasileiro, correlacionando as exigências de ajuste estrutural na economia e reformas no Estado com as novas propostas para educação; (2) Documentos da Universidade Federal da Bahia (UFBA), campo empírico de pesquisa, para verificar a aplicação destas políticas concretamente.

---

<sup>1</sup> Trabalho fruto da dissertação defendida na linha Trabalho e Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense no ano de 2008.

<sup>2</sup> Atualmente professora assistente da Universidade de Pernambuco e Doutoranda da Universidade Federal da Bahia.

O confronto dos dados empíricos com a teoria nos levou à conclusão de que as aspirações legítimas por inclusão na educação dos mais explorados pelo capitalismo são incorporadas de forma subordinada para legitimar o modelo privado de educação, baseado no mercado, e contribuir para destruição, privatização da universidade pública, como locus de produção do conhecimento que articula ensino-pesquisa-extensão.

Portanto, trata-se de uma “inclusão excludente” que, ao mesmo tempo em que incorpora a reivindicação dos negros, trabalhadores por educação, nega-os a possibilidade de que tenham acesso a uma educação pública de qualidade (histórico-social e científico-tecnológica), e a garantia de permanência na universidade.

Palavras-chave: política pública – reforma da educação superior – ações afirmativas – reserva de vagas/cotas.